



A ESCOLA PÚBLICA COMO INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL: GOVERNANÇA TERRITORIAL E CAPACIDADES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS

Lenilda Batista de Souza¹
Cleiton Silva Ferreira Milagres²

3. Governança, Territórios e Políticas Públicas para o Futuro

Resumo: O artigo analisa a função da escola pública na governança territorial e na articulação da implementação de políticas públicas em cenários de vulnerabilidade, à luz da epistemologia da complexidade e do debate sobre capacidades institucionais. A partir do argumento de que os problemas contemporâneos, determinados em desigualdades territoriais, fragilidades institucionais e demandas sociais interdependentes, exigem respostas públicas singulares e sensíveis à especificidade local, o estudo foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, exploratória e teórico-analítica, baseada na revisão crítica da literatura relacionada ao tema e na análise documental. Os dados foram organizados em eixos temáticos no qual se articulam complexidade, desenvolvimento regional, governança territorial, capacidades institucionais, vulnerabilidade social e escola pública. Os resultados demonstram que a escola pode ser entendida como uma infraestrutura institucional estratégica, capaz de mediar relações entre Estado, comunidade e políticas públicas, especialmente nos territórios vulneráveis. Contudo, essa atuação depende de capacidades institucionais, coordenação intersetorial, financiamento adequado e arranjos de governança territorial. Conclui-se que pensar políticas públicas para o futuro implica reconhecer a escola como uma instituição territorial e parte de uma arquitetura pública mais ampla, voltada à construção de respostas integradas, resilientes e socialmente justas.

Palavras-chave: Governança territorial, Escola pública, Capacidades institucionais, Políticas públicas, Complexidade.

INTRODUÇÃO

As transformações contemporâneas têm mostrado que limitar ações governamentais estanques frente aos problemas interdependentes, territorializados e socialmente desiguais não é o caminho correto. O persistente fenômeno das disparidades e desigualdades regionais, a vulnerabilidade social de determinados grupos sociais e a

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: lenilda@mail.uft.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1998-169X>.

² Doutor em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, Tocantins, Brasil. E-mail: cleiton.milagres@uft.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5651-4292>.



distribuição desigual das capacidades estatais revelam que as políticas públicas não produzem os mesmos efeitos em todos os territórios.

Em países marcados por heterogeneidades históricas, como o Brasil, os desafios do desenvolvimento não podem ser compreendidos apenas pela ótica da expansão econômica ou pela oferta formal de serviços públicos. A tradição furtadiana permite compreender o desenvolvimento como um processo de natureza histórica e estruturalmente desigual, ao passo que Sen (1999) relaciona o desenvolvimento à ampliação de capacidades humanas e liberdades substantivas.

Com relação a políticas públicas, Soares, García e Carbonell (2023) mostram que as assimetrias geográficas na distribuição do financiamento e no fornecimento de educação e saúde impactam a eficácia da ação estatal. Esse debate reforça a urgência de compreender o território não como simples espaço de execução de políticas, mas como dimensão constitutiva das desigualdades e das possibilidades de transformação social.

De acordo com Morin (2000), a complexidade nos oferece a possibilidade de entender que educação, território, Estado e desenvolvimento não se configuram como dimensões isoladas, mas como relações de interdependência que exigem formas de pensamento e ação pública capazes de religar saberes e setores. Dessa forma, pensar nas políticas públicas para o futuro exige recolocar o Estado e suas capacidades no centro da análise.

Sobre o tema, Evans, Rueschmeyer e Skocpol (2002) afirmam que o aparelho estatal é relevante nas estruturas das relações sociais e nos processos de desenvolvimento. Martins (2021), sistematiza o debate da capacidade institucional, enquanto Ricks e Doner (2021) ressaltam a necessidade de adequação entre capacidades institucionais e tarefas de desenvolvimento. Nessa esteira, a contribuição de Brandão (2007) também merece destaque, na medida em que concebe o território como uma construção histórica, social e institucional, atravessado por múltiplas escalas e desigualdades. A governança territorial, portanto, depende da articulação entre Estado, políticas públicas, instituições locais e sujeitos sociais, especialmente em contextos vulneráveis.

É nesse contexto que a escola pública assume papel estratégico. Em territórios nos quais os sujeitos são marcados pela carência socioinstitucional, ela ultrapassa sua função



estritamente pedagógica e funciona como um elo entre a comunidade, o Estado e as políticas públicas. Mutch (2023) demonstra que as escolas podem contribuir com a construção de uma resiliência comunitária e de capital social em situações de crise e risco.

Silva e Silva (2022), ao tratarem das instituições resilientes, afirmam que a capacidade de resposta escolar remete tanto a suas condições internas como às relações estabelecidas com o território. De forma complementar, Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) evidenciam que a equidade educacional deve ser analisada em conexão com a vulnerabilidade social dos territórios.

Ainda que a literatura tenha explorado, com regularidade, as correlações entre desenvolvimento regional, capacidades institucionais, desigualdade territorial e resiliência escolar, ainda são menos frequentes as abordagens que articulam esses campos para compreender a escola pública como mediação de governança territorial em contextos vulneráveis. É nessa lacuna que se insere este artigo.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar o papel da escola pública na governança territorial e na articulação de políticas públicas, à luz da complexidade e das capacidades institucionais. O argumento aqui afirmado é de que a escola, em especial aquelas em situações vulneráveis, pode ser compreendida como infraestrutura institucional estratégica, sendo capaz de conectar agendas públicas, sujeitos sociais e dinâmicas territoriais.

O estudo foi desenvolvido com base em uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica, envolvendo uma revisão crítica da literatura e análise documental. A pesquisa caracteriza-se ainda como exploratória, seguindo Gil (2019). A análise foi organizada em eixos temáticos inspirados em Bardin (2016), intercalando complexidade, capacidade institucional, governança territorial, vulnerabilidade social e escola pública.

As discussões desenvolvidas indicam que a escola pode ocupar uma posição relevante na governança territorial ao funcionar como ponto de encontro entre demandas sociais, políticas públicas e redes comunitárias. Contudo, essa potencialidade depende da existência de arranjos institucionais par sustenta-las para além da dimensão pedagógica. Além disso, as fragilidades das capacidades estatais, a fragmentação das políticas e as desigualdades territoriais limitam a possibilidade de a escola atuar como espaço efetivo



de articulação intersetorial. Por outro lado, quando inserida em redes de cooperação, participação e coordenação pública, a escola pode contribuir para a construção de respostas mais integradas, resilientes e territorialmente sensíveis.

Desse modo, este estudo sustenta que pensar políticas públicas para o futuro implica que a escola seja vista como instituição territorial inserida numa governança pública mais abrangente. Ao articular complexidade, capacidades institucionais e desenvolvimento regional, a análise desloca a escola de unidade isolada para infraestrutura social, política e comunitária, podendo contribuir para respostas públicas mais integradas, justas e sensíveis à diversidade dos territórios.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, exploratória e teórico-analítica. A escolha dessa abordagem se justifica pela necessidade de compreender, de modo interpretativo, as relações entre a escola pública, a governança territorial, as capacidades institucionais e as políticas públicas nos contextos de vulnerabilidade. Conforme Gil (2019), a pesquisa exploratória permite maior aproximação com problemas ainda não plenamente construídos do ponto de vista teórico e favorece a sistematização de conceitos, categorias e relações analíticas relevantes ao objeto investigado.

Quanto aos procedimentos, o trabalho se baseou em pesquisa bibliográfica e em análise documental. A pesquisa bibliográfica foi utilizada para coletar e articular contribuições clássicas e contemporâneas sobre complexidade, desenvolvimento regional, capacidades institucionais, território, escola e resiliência comunitária. A análise documental foi utilizada, por sua vez, como um procedimento complementar, destinado à leitura de documentos, diretrizes e fontes secundárias a eles relacionadas, principalmente no que diz respeito ao debate acerca de políticas públicas, coordenação do território e educação.

A estratégia analítica foi estruturada em eixos temáticos, inspirados na análise de conteúdo de Bardin (2016). Com isso, a leitura e a interpretação do material foram conduzidas a partir de categorias já definidas previamente, a partir do objetivo do estudo: complexidade, governança territorial, capacidades institucionais, vulnerabilidade social,



escola pública e políticas públicas para o futuro. Esses eixos possibilitaram articular campos teóricos diferenciados, sem perder a coerência no interior do argumento.

Em suma, a metodologia adotada não buscou realizar um estudo de caso empírico, mas construir uma análise teórico-documental que permita discutir o papel da escola pública como infraestrutura institucional estratégica em contextos de maior fragilidade institucional. Essa opção é coerente com o eixo temático “Governança, Territórios e Políticas públicas para o Futuro”, ao privilegiar uma reflexão integrada sobre Estado, território, educação e desenvolvimento em interlocução com a epistemologia da complexidade.

Para organizar a análise, o estudo foi estruturado em quatro eixos temáticos, definidos a partir do objetivo da pesquisa e das referências mobilizadas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 — Eixos analíticos da pesquisa

Eixo analítico	Questão orientadora	Referências principais	Função no artigo
Complexidade e governança	Como a complexidade ajuda a compreender políticas públicas em contextos territoriais desiguais?	Morin (2000)	Sustentar a crítica à fragmentação das políticas e defender abordagens integradas.
Estado, território e capacidades institucionais	Como as capacidades do Estado condicionam a implementação de políticas públicas nos territórios?	Evans, Rueschmeyer e Skocpol (2002) Martins (2021) Ricks e Doner (2021) Brandão (2007)	Fundamentar a análise sobre capacidades institucionais, governança e desigualdades territoriais.
Desenvolvimento, desigualdade e justiça social	De que modo o desenvolvimento pode ser compreendido para além da dimensão econômica?	Sen (1999) Soares, García e Carbonell (2023)	Relacionar desenvolvimento regional, desigualdades territoriais e acesso efetivo a direitos.
Escola pública como mediação territorial	Como a escola pode atuar como infraestrutura institucional em territórios vulneráveis?	Mutch (2023) Silva e Silva (2022) Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023); Dushkova e Ivlieva (2024)	Analisar a escola como elo entre comunidade, Estado, políticas públicas e resiliência territorial.

Fonte: elaboração própria.

Considerando o delineamento qualitativo, exploratório e teórico-analítico adotado, os resultados deste estudo são compreendidos como achados teórico-analíticos, advindos da articulação entre a revisão crítica da literatura, a análise documental e as



categorias interpretativas organizadas a partir de Bardin (2016). Portanto, não se trata de resultados empíricos de campo, entrevistas ou estudo de caso, mas de uma sistematização analítica dos textos, documentos e referenciais mobilizados, orientada pelos eixos de complexidade, governança territorial, capacidades institucionais, vulnerabilidade social e escola pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada permitiu organizar os resultados teórico-analíticos em três eixos centrais: governança territorial e capacidades institucionais; escola pública como instituição territorial e políticas públicas para o futuro em perspectiva complexa. Esses eixos foram definidos a partir da articulação entre a literatura mobilizada, os documentos analisados e as categorias interpretativas do estudo, o que possibilitou a sistematização dos principais resultados analíticos da pesquisa, como mostra o Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 — Eixos analíticos e síntese dos resultados teórico-analíticos

Eixo analítico	Categoria central	Síntese dos resultados
Governança, território e capacidades institucionais	Estado e desenvolvimento	As políticas públicas dependem da capacidade do Estado de coordenar atores, recursos e escalas territoriais.
Escola pública e resiliência territorial	Escola como instituição territorial	A escola pode atuar como infraestrutura institucional estratégica em contextos vulneráveis.
Políticas públicas para o futuro	Governança integrada	A fragmentação institucional limita respostas públicas a problemas complexos e interdependentes.

Fonte: elaboração própria.

3.1 Governança, território e capacidades institucionais

O primeiro achado da análise refere-se à centralidade do Estado na organização das respostas públicas aos problemas territoriais. Em contextos marcados por desigualdades estruturais, o desenvolvimento não pode ser compreendido como resultado espontâneo do mercado ou da ação isolada dos indivíduos. A tradição furtadiana mostra o desenvolvimento como um processo histórico, condicionado por estruturas econômicas, sociais e institucionais desiguais.



Essa compreensão dialoga com Evans, Rueschmeyer e Skocpol (2002), para quem o Estado deve ser recolocado no centro da análise social e política. As políticas públicas são construções institucionais que dependem de coordenação, capacidade administrativa e direção política. Desse modo, a governança territorial não se resume à existência formal de programas ou normas, mas à capacidade concreta de implementá-los em realidades marcadas por assimetrias.

O segundo achado refere-se à distribuição desigual das capacidades institucionais nos territórios. Martins (2021) contribui para compreender que a capacidade institucional envolve condições técnicas, organizacionais, políticas e relacionais que permitem ao Estado formular, coordenar e executar políticas públicas. Tais capacidades, entretanto, não estão distribuídas de forma homogênea, o que compromete a efetividade das ações públicas em territórios mais vulneráveis.

Ricks e Doner (2021) aprofundam esse debate ao defenderem que as capacidades institucionais precisam estar ajustadas às tarefas de desenvolvimento. Isso significa que diferentes problemas exigem diferentes combinações de capacidades. Em territórios socialmente vulneráveis, a oferta padronizada de políticas tende a ser insuficiente, pois desconsidera as especificidades locais, os déficits históricos e as condições reais de implementação.

O terceiro achado diz respeito à importância do território como dimensão constitutiva das políticas públicas. Brandão (2007) permite compreender o território como construção histórica, social e institucional, atravessada por múltiplas escalas. Nessa perspectiva, políticas públicas não atuam sobre espaços neutros, mas sobre realidades marcadas por disputas, desigualdades e diferentes capacidades de organização social.

Essa leitura também se aproxima de Sen (1999), ao compreender o desenvolvimento como ampliação de capacidades e liberdades substantivas. A desigualdade territorial, nesse sentido, não se expressa apenas na renda ou na infraestrutura, mas também na diferença de oportunidades reais de acesso a direitos, participação social e proteção institucional. Assim, a governança territorial deve ser avaliada pela sua capacidade de ampliar condições concretas de vida nos territórios.



3.2 Escola, políticas públicas e resiliência territorial

O segundo eixo da análise evidencia que a escola pública pode ser compreendida como instituição territorial. Em contextos vulneráveis, ela não atua apenas como espaço de ensino, mas também como ponto de referência comunitária, mediação institucional e acesso a políticas públicas. Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) demonstram que a equidade educacional deve ser analisada em conexão com a vulnerabilidade social dos territórios, pois as desigualdades escolares estão profundamente relacionadas às condições sociais em que os estudantes vivem.

Essa leitura desloca a compreensão da escola como unidade isolada do sistema educacional. A escola está inserida em redes sociais, familiares, comunitárias e institucionais, seus resultados não dependem apenas de fatores internos, mas também das condições territoriais, da presença do Estado, da articulação intersetorial e da capacidade de resposta das políticas públicas.

A literatura sobre resiliência escolar reforça essa perspectiva. Mutch (2023) aponta que, em situações de crise, risco ou desastre, escolas podem contribuir para a construção de resiliência comunitária e capital social, ao reunir vínculos, informações, confiança social e capacidade de mobilização. Em complemento, Silva e Silva (2022), indicam que a capacidade de resposta das instituições escolares depende tanto de suas condições internas quanto das relações estabelecidas com o território, não podendo ser compreendida como responsabilidade exclusiva da escola.

Um ponto relevante refere-se aos limites institucionais dessa atuação. Embora a escola possa desempenhar papel ampliado, sua ação depende de condições materiais, humanas e institucionais. Soares, García e Carbonell (2023) demonstram que as desigualdades territoriais no financiamento das políticas de educação e saúde produzem efeitos concretos na capacidade de atendimento da população. Nesse sentido, atribuir à escola funções ampliadas sem fortalecer suas condições institucionais pode reforçar sobrecargas e desigualdades.

A contribuição de Dushkova e Ivlieva (2024) permite ampliar essa discussão ao destacar a importância do empoderamento comunitário para a sustentabilidade e a resiliência. A escola pode favorecer processos de articulação comunitária, circulação de



informações e fortalecimento de vínculos locais, mas isso exige governança compartilhada, participação social e políticas públicas capazes de reconhecer saberes e capacidades territoriais. A ação comunitária, portanto, não substitui o Estado; ela deve ser compreendida como dimensão complementar à ação pública, especialmente quando sustentada por arranjos institucionais consistentes.

3.3 Governança territorial e políticas públicas para o futuro

A discussão dos achados aponta que os limites das políticas públicas tradicionais estão associados à fragmentação institucional e à baixa coordenação entre setores. A epistemologia da complexidade, associada ao pensamento de Morin (2000), contribui para compreender que problemas sociais, educacionais, territoriais e ambientais são interdependentes e, portanto, não podem ser enfrentados de forma isolada.

Essa constatação é central para o eixo Governança, Territórios e Políticas Públicas para o Futuro. Territórios vulneráveis demandam arranjos de governança capazes de articular educação, assistência social, saúde, infraestrutura, meio ambiente e desenvolvimento regional. A escola, nesse contexto, pode funcionar como ponto de conexão entre essas dimensões, desde que apoiada por políticas públicas coordenadas.

A necessidade de governança integrada dialoga com Ricks e Doner (2021) e Martins (2021), ao evidenciar que a efetividade das políticas depende da adequação entre capacidades institucionais e desafios territoriais. Não basta ampliar programas ou formular diretrizes gerais; é necessário construir capacidades de coordenação, adaptação e aprendizagem institucional. Essas capacidades são especialmente importantes em contextos marcados por vulnerabilidades cumulativas.

Dessa forma, a escola pública pode ser interpretada como nó de governança territorial. Sua capilaridade, presença cotidiana e vínculo com famílias e comunidades conferem a ela uma posição estratégica para identificar demandas, articular atores e apoiar processos de resiliência social. Contudo, esse potencial só se realiza quando há suporte institucional, financiamento adequado, coordenação intersetorial e reconhecimento do território como dimensão central das políticas públicas.



O principal resultado analítico do estudo é que a escola pública pode atuar como infraestrutura institucional estratégica em territórios vulneráveis, mas não substitui o Estado nem resolve isoladamente problemas estruturais. Sua potência está na capacidade de articular sujeitos, políticas e redes territoriais quando sustentada por arranjos institucionais consistentes.

Sob essa perspectiva, políticas públicas para o futuro exigem deslocar a escola da condição de unidade administrativa isolada para compreendê-la como instituição territorial. Isso implica passar da política setorial à governança integrada e da intervenção padronizada à ação pública sensível às desigualdades territoriais, aproximando complexidade, desenvolvimento regional e educação na construção de sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES

O presente artigo investigou o papel da escola pública na governança territorial e na articulação de políticas públicas, a partir do conceito de complexidade e das capacidades institucionais. O debate permitiu compreender que, em contextos de maior fragilidade institucional, a escola pode atuar entre o Estado, a comunidade e as políticas públicas. Essa função, entretanto, não deve ser idealizada, pois depende de condições concretas de funcionamento da escola e da capacidade institucional disponível no território.

A partir do diálogo com Morin (2000), argumentou-se que os desafios contemporâneos requerem abordagens integradas, capazes de superar a fragmentação entre domínios do conhecimento e setores da intervenção pública. Em consonância com Sen (1999) e Brandão (2007), o estudo reiterou que desenvolvimento, território e desigualdade não podem ser estudados separadamente, principalmente em realidades que são marcadas por desigualdades históricas e por diferenças de hierarquia no acesso aos direitos e oportunidades.

No campo das políticas públicas, a contribuição de Evans, Rueschmeyer e Skocpol (2002), Martins (2021) e Ricks e Doner (2021) permitiu apontar que a governança territorial depende da faculdade do Estado de articular atores, recursos e



escalas. Portanto, a simples existência formal de política não garante suas próprias condições de efetividade. Para isso, é preciso observar se há capacidades institucionais suficientes para adaptar, implementar e manter ações públicas em territórios heterogêneos.

A análise revelou que a escola pública pode desempenhar função de ligação entre políticas públicas e dinâmicas territoriais, especialmente quando inserida em redes de apoio, participação e cooperação, enfatizando, assim, as contribuições de Mutch (2023), Silva e Silva (2022) e Ribeiro, Kasmirski e Ayed (2023) reforçam que a escola não é somente unidade pedagógica, mas uma instituição territorial atravessada por vulnerabilidades sociais, expectativas comunitárias e demandas intersetoriais.

A principal implicação do artigo aponta para a necessidade de políticas públicas territorializadas, capazes de reconhecer as especificidades locais e fortalecer a atuação das instituições públicas nos territórios. Isso implica ampliar capacidades institucionais e qualificar a coordenação intersetorial, evitando que a escola seja responsabilizada sozinha por problemas estruturais que vão além da sua função educacional. A ação comunitária e a sustentabilidade, conforme Dushkova e Ivlieva (2024), devem ser compreendidas como dimensões complementares à ação estatal, e não como substitutas dela.

Como agenda futura, recomenda-se o desenvolvimento de estudos empíricos sobre escolas localizadas em territórios vulneráveis, com atenção às formas de coordenação entre escola, comunidade e gestão pública. Também são relevantes análises territoriais direcionadas entre municípios, regiões ou redes de ensino, a fim de captar como diferentes capacidades institucionais influenciam a atuação da escola na promoção de resiliência, equidade e desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. reimp. da 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016. ISBN 978-85-62938-04-7.

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.



DUSHKOVA, Diana; IVLIEVA, Olga. Empowering communities to act for a change: A review of the community empowerment programs towards sustainability and resilience. **Sustainability**, v. 16, n. 19, p. 8700, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/su16198700>.

EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. On the road toward a more adequate understanding of the state. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (ed.). **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 347-366.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARTINS, Douglas Gomes. The state of the art of institutional capacity: a scoping review of the literature in Portuguese. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 165-189, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190011x>.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MUTCH, Carol. How schools build community resilience capacity and social capital in disaster preparedness, response and recovery. **International journal of disaster risk reduction**, v. 92, p. 103735, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2023.103735>.

RIBEIRO, Vanda Mendes; KASMIRSKI, Paula Reis; AYED, Choukri Ben. Equidade educacional e vulnerabilidade social nos territórios: os casos das redes municipais do Ceará e de Fortaleza. **Educação e Pesquisa**, v. 49, p. e260580, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349260580por>.

RICKS, Jacob I.; DONER, Richard F. Getting institutions right: Matching institutional capacities to developmental tasks. **World Development**, v. 139, p. 105334, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105334>.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Ana Milheiro da; SILVA, Sofia Marques da. Écoles résilientes: indicateurs issus de la littérature et de projets éducatifs d'écoles frontalières. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053148438>.

SOARES, Márcia Miranda; GARCÍA, Encarnación Murillo; CARBONELL, Jesús Ruiz-Huerta. Desigualdades territoriais no financiamento das políticas de educação e de saúde na Espanha e no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 1, p. e-2022-0168, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220220168>.